**MEMÓRIA DA 20ª. REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO GESTOR DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL COSTA DOS CORAIS – CONAPACC**

Data: 11 de agosto de 2016. Início: 8h24min; Fim: 16h00min

Local: Centro de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Marinha do Nordeste (Cepene), Tamandaré, Pernambuco.

Relatoria: Fabiano Pimentel Ribeiro (Cepene/ICMBio - Conselheiro Suplente)

**Abertura da Reunião:** às 8h24min do dia 11 de agosto de 2016, o Presidente do Conselho Iran Normande dá boas-vindas aos participantes da reunião. Menciona a importância do curso de capacitação dos conselheiros realizado no dia anterior, 10 de agosto de 2016. Fala da importância de reforçar acordos convivência para vencer a aprovação da: memória da reunião anterior, a pauta da presente reunião, bem como os informes e tudo que ocorrer na reunião.

**Aprovação da memória**: de acordo com o presidente, não houve destaques enviados por e-mail sobre a memória da reunião anterior. O presidente franqueia a palavra à plenária para indicação de destaque à referida memória. A Conselheira Carolina Neves destaca item 2, último parágrafo da página 5 e primeiro parágrafo da página 6, da memória, acerca dos resultados do projeto referente aos jangadeiros. Após destaque, não houve objeção, sendo aprovada a memória da 19ª Reunião do CONAPAC.

**Apresentação e aprovação da pauta:** a Secretária do Conselho, Ana Paula de Moura, apresentou a seguinte pauta: apresentação dos projetos apoiados pela Fundação Toyota; apresentação dos pareceres técnicos das câmaras técnicas (CT’s); discussão do Termo de Ajuste de Conduta (TAC) dos bugueiros e encaminhamentos finais. A pauta foi aprovada pela plenária.

**Apresentação e aprovação dos informes:** o Conselheiro Diego Santos apresentou os informes, os quais: Projeto GefMar, Fórum Socioambiental de Turismo. Após o Conselheiro Heriberto Meneses citar que as CT’s não informaram as suas composições, a plenária concordou que a composição das câmaras deveria constar na lista de informes. O Conselheiro Fabiano Pimentel informou sobre a aprovação do Subcomponente 1.4 do Projeto Gefmar, que tem como título “Gestão participativa na Área de Proteção Ambiental Costa dos Corais: conhecendo a pesca artesanal”, e como principal objetivo a integração das comunidades pesqueiras à Gestão da APACC, e que logo deverão se iniciar as reuniões para operacionalizar a execução do projeto. A Conselheira Melry Bezerra informou sobre o Fórum de Turismo que ocorrerá no dia 16 de agosto no Centro de Convenções, na Sala Jatiuca, em Maceió. O Conselheiro Diego Santos informou que o Coordenador e Relator da Câmara Técnica (CT) de Gestão Socioambiental são Diego Santos e Fabiano Pimentel, respectivamente. O Conselheiro Severino Antonio informou que o Cooderandor e Relator da CT de Atividade Pesqueira são o Conselheiros Severino Antonio e o Conselheiro Vandick Batista, respectivamente. Informou também que a próxima reunião da Câmara será em 29 de setembro, no Cepene, e terá como pauta: Discutir nas bases o Plano de Manejo da unidade, apoiar as comunidades na busca da regularização dos territórios pesqueiros artesanais, contribuir com a implementação dos projetos de pesquisa que envolvam a pesca artesanal na unidade, discutir a portaria 445 do MMA, conhecer as propostas dos PAN Corais e PAN Manguezais para contribuir no envolvimento das comunidades usuárias nas mesmas. O Conselheiro Severino Antonio informou que a Resex de Corumbau ficou como prioridade para intercâmbio. O presidente informou que CT de Biodiversidade tem como Coordenadora a Conselheira Fernanda Attademo, e que ainda não recebeu a indicação para a Relatoria da CT. O Conselheiro Henrique Dantas informou que a CT de Turismo terá como Coordenador Francis Fonseca e Henrique Dantas como Relator. O presidente sugere que no momento do intervalo a CT de Biodiversidade apresente um nome para relatoria da câmara. A Conselheira Flávia Cavalcante informou que prestará assessoria às Câmaras Técnicas de Atividade pesqueira e de Biodiversidade.

**Discussão da primeira pauta, apresentação do Projeto Biota da Conservação**: o presidente convida o primeiro expositor para apresentação do Projeto do Instituto Biota de Conservação. O Conselheiro Bruno Stefanis realiza a apresentação (disponível em: http://www.icmbio.gov.br/apacostadoscorais/images/stories/conapac/Apresentacoes) até as 9h15. Após apresentação o Conselheiro Vandick Batista pergunta se os dados apresentados abrangem efeito da pesca nos animais, e se todos municípios estão cientes do projeto. O Conselheiro Bruno responde que esse tipo de dado é coletado, porém ainda não estão sendo analisados. O Conselheiro Vandick aponta a importância na mudança nos aparelhos de pesca para diminuir os impactos nas espécies. O Conselheiro Nogueira parabeniza o projeto e pergunta se é possível expandir a atividades do projeto para Japaratinga, e cita muitas ocorrências de tartarugas e golfinhos no município, e acrescenta que pode ser devido à pesca da lagosta. O Conselheiro Bruno responde que o projeto pretende atuar nas localidades do Município. O Conselheiro Rivaldo parabeniza as ações do projeto e indica como solução aos impactos ordenamentos, zoneamentos, e proibição de petrechos de pesca. O Conselheiro Manoel Pedrosa parabeniza o projeto e informa que vem ocorrendo vários encalhes de tartarugas mortas e pergunta se o projeto vai expandir suas ações para Tamandaré. O Conselheiro Bruno explica que para expandir para essa área tem que ter se realizar um projeto piloto, pois há carência de logística, mas acrescenta que a proposta é ampliar em nível de Nordeste. O Conselheiro Sérgio Meneses pergunta se o projeto inclui o monitoramento de aves marinhas. O Conselheiro Waldemar cita que tem avistado muitas tartarugas mortas boiando no mar e pergunta se tem ideia do que leva essa mortalidade. O Conselheiro Bruno responde que estão sendo registrados outros animais no monitoramento, mas esses registros ainda são incipientes e acrescenta que em Alagoas não se tinha informação, mas depois que se iniciou o monitoramento foi contabilizado 131 ninhos em 1 km de litoral. Respondeu, ainda, que mortalidade das tartarugas se dá principalmente na interação com a pesca, mas não tem como determinar a *causa mortis* devido a deficiência de veterinários no instituto. Encerra-se a discussão.

**Discussão da primeira pauta, apresentação do Projeto Jovens Protagonistas:** o Conselheiro Clemente Coelho executor do Projeto Jovens Protagonistas, do Instituto Bioma Brasil, solicitou que os jovens participantes Maria Eduarda, Vinicius e Fabiano realizassem a apresentação ( Disponível em: http://www.icmbio.gov.br/apacostadoscorais/images/stories/conapac/Apresentacoes). Após término da apresentação, às 9h50min, o Conselheiro Nogueira parabeniza o projeto e fala da sua importância. O Conselheiro Carlos Eduardo parabeniza o projeto e informa sobre Seminário sobre resíduos sólidos a ser realizado em Alagoas. O Conselheiro Pedro parabeniza o projeto e pergunta sobre a posição política nas localidades. O jovem protagonista Vinícius diz que nas reuniões dos municípios tem ocorrido muita resistência às propostas, mas falou que aposta no diálogo. O Conselheiro Vandick Batista sugere a disponibilização das apresentações para os conselheiros. O Conselheiro Clemente cita o apoio do Instituto Yandê e que tem um grupo grande atuando politicamente nas localidades. O Analista Ambiental da APACC Eduardo Almeida informa que no site da APACC encontra-se as apresentações da reunião. O presidente agradece a participação de todos. A Conselheira Ana Paula esclarece que a Amitus teve muita articulação com os jovens. O presidente parabeniza a todos pelos projetos, agradece a disponibilização do espaço para realização da reunião e apresenta novo servidor da APACC , o Analista Ambiental Tadeu.

**Discussão da primeira pauta, apresentação do Projeto Peixe-Boi:** a Conselheira Fernanda Attademo inicia apresentação do Projeto Peixe Boi (Disponível em: http://www.icmbio.gov.br/apacostadoscorais/images/stories/conapac/Apresentacoes) às 10h00min e finaliza às 10h23min. O Conselheiro Waldemar Lacerda informa sobre os conflitos entre pescadores e os peixes-boi, e alega que os peixes-boi comem peixes das redes de pesca e danificam as mesmas. A Conselheira Isabel diz que há sério problema na interação entre pesca e peixe-boi, pois disputam o mesmo espaço. O Conselheiro Nelson fala da necessidade de trazer o monitoramento para o município de São José da Coroa Grande para ações de educação ambiental. A Conselheira Fernanda informa que todo litoral têm conflitos entre peixes-boi e pescadores e que os peixes-boi soltos é que apresentam esse comportamento de tirar peixes das redes, e acrescenta que se tenta minimizar esse comportamento com a adaptação para soltura. Informa, também, que cada região tem suas peculiaridades e que essas questões têm que ser trabalhadas localmente, salientando a necessidade de capacitação para lidar com esses conflitos. O Convidado, Leonardo Messias, Coordenador do Cepene, ressalta a importância da educação ambiental para a conservação, pois o peixe-boi é um símbolo da conservação e não pode ser encarado como obstáculo para o desenvolvimento. O presidente fala que esse comportamento pode se dar com exemplares de peixes-boi soltos e ressalta a necessidade de ações de educação ambiental. O Conselheiro Bruno informa sobre dois encalhes de peixes-boi que ocorreram no mesmo local por disputa de locais de navegação na foz do rio. A Conselheira Flávia informa que o conflito é histórico e que as atividades de pesca atrapalham a migração natural da espécie, e acrescenta que cursos de capacitação serão oferecidos para indicar como conviver com o animal. O Conselheiro Vandick diz que esses conflitos podem ser solucionados com o diálogo, procurando estratégias que evitem o contato entre os pescadores e o animal. O Conselheiro Clemente sugere o diálogo estimulando a percepção, e um monitoramento que quantifique essas ocorrências, para se ter um conhecimento mais profundo do problema. A discussão encerra-se às 10h56m.

**Discussão da segunda pauta, apresentação parecer da CT de Turismo:** o Conselheiro José Ulisses sugere 15min para cada apresentação e 15min para cada discussão, e, também, propõe estender as atividades da manhã até 12h30min. Não há objeção alguma por parte da plenária e sorteia-se a ordem das apresentações, que teve como resultado: primeira apresentação da CT de Turismo, segunda apresentação da CT de Biodiversidade, terceira apresentação da CT de Gestão Socioambiental (pareceres disponíveis no site da APACC). Após a primeira a apresentação da CT de Turismo, realizada pelo Relator Henrique, a palavra foi franqueada e iniciou-se a discussão. O Conselheiro Nogueira informa que o setor hoteleiro não é contra a atividade dos bugueiros, mas é contra o uso de buggys na praia assim com também é contra o uso de jetskis próximo à costa. O Conselheiro Bill questiona a quantidade buggys que a proposta de TAC sugere, pois, o referido documento é contraditório. O Conselheiro também cita que na proposta não se quantifica as taxas referentes ao município e cita a necessidade de desobstrução da rota alternativa. O Relator Henrique informa que a quantidade é de 44 bugueiros, envolvendo200 famílias e toda uma cadeia produtiva. O Conselheiro Lucas cita a ausência de regulamentação na proposta do TAC, assim com questiona o que vem a ser “contemplação consciente da natureza”, escrita na proposta. Também afirma que a proposta do TAC não levou em conta o Plano de Manejo da APACC. O Conselheiro Vandick informa que não existe grupos de trabalhos para tratar do assunto e, portanto, não se tem informações precisas sobre o problema e acrescenta, ainda, que não se pode decidir sem saber muita coisa. O Conselheiro Heriberto aponta que tem muitas afirmações nos pareceres técnicos sem referências, e lembra que já existe regulamentação proibindo os buggys na praia. O Relator Henrique responde que a “contemplação consciente da natureza” contida no parecer se refere à preocupação de não haver passeios aos domingos, velocidade de segurança para os passageiros, de como param os veículos para os usuários da praia. Com relação ao Plano de Manejo da APACC e as leis específicas proibindo os buggys nas praias o relator ressalta a importância da atividade e considera possibilidades de ajuste da mesma. A Conselheira Mariana questiona se nas visitas de campo da CT de Turismo foram vistos outros veículos, que não os buggys, nas praias. Informou que a Prefeitura de Maragogi regulamentou a atividade, mas não se sobrepôs a leis existentes. A Conselheira questionou se a CT de Turismo pôde sentir qual o impacto que os buggys causam? O Conselheiro Bruno informou que não se trata de acabar com a atividade, mas de definir o local apropriado para a mesma, e questionou porque o parecer da CT de Turismo dá a entender que se há intenção de os demais usuários acharem que deva extinguir a atividade. O presidente informa que não ficou claro o posicionamento da CT de Turismo sobre o sim ou o não ao TAC, e questiona acerca do método de elaboração do parecer. O relator esclarece que no momento da vistoria foram observados a presença de outros veículos nas praias, que não os buggy, e concorda com o Conselheiro Bruno em se buscar uma rota alternativa. O convidado Leonardo Messias informou que há necessidade de escutar a opinião dos turistas e veranistas sobre a atividade de buggys na praia e que a segurança desses buggys é falha. O Conselheiro Nogueira, da CT de Turismo, expressou que é contrário à atividade de buggys na praia. A discussão sobre parecer da CT de Turismo encerra-se.

**Discussão da segunda pauta, apresentação parecer da CT de Biodiversidade:** a Coordenadora da CT Biodiversidade realiza apresentação do parecer técnico. Em seguida inicia-se a discussão. O Conselheiro Henrique comenta que a apresentação trouxe um embasamento mais técnico. O Conselheiro Bruno cita os acidentes nas praias envolvendo os buggys e os demais usuários e ressalta que a praia não condiz com a o uso de automóveis. O Conselheiro Rivaldo questiona se tem alguma rota alternativa. O Conselheiro Nogueira solicita informações a respeito dos impactos dos buggys na biodiversidade para repassar aos hóspedes. A Conselheira Mariana indaga acerca da existência de algum estudo sobre desova tartaruga no litoral de Maragogi e diz que essas informações podem agregar valor aos passeios de buggy. A relatora diz que estudos são necessários, mas sabe da presença de ninho de tartaruga na praia de Maragogi. O Conselheiro Bruno informa não ter registro formal sobre as desovas na praia de Maragogi porque o Instituto Biota não atua nessa área, mas que em outras áreas semelhante são encontrados ninhos de desova de tartaruga, e salienta que é provável que se tenha em Maragogi. O Convidado Leonardo Messias, Coordenador do Cepene, informa da presença de tartarugas de Barra Grande até Ponta de Mangue. Encerra-se discussão sobre o parecer da CT de Biodiversidade.

**Discussão da segunda pauta, apresentação parecer da CT de Gestão Socioambiental:** o Coordenador da CT de Gestão Socioambiental, Diego Santos, realiza apresentação do parecer técnico. Após apresentação inicia-se a discussão com a palavra franqueada à plenária. O Conselheiro Clemente Coelho sugere criar uma rota alternativa para buggueiros. O Conselheiro Heriberto informa que há inconsistência entre este parecer e o parecer da CT de Turismo, no que tange ao números de bugueiros que atuam na área, e menciona a ausência de caracterização de como os buggys impactam o ambiente, e questiona se o tempo foi suficiente para as Câmaras Técnicas elaborarem os pareceres. A Conselheira Rosangela Lessa questiona quem tem obrigação de registrar esse trafego ilegal, e informa que a rota alternativa é a solução possível. O coordenador informou que a CT Socioambiental não teve tempo suficiente para elaborar um parecer mais detalhado e informou que os órgãos responsáveis não realizam fiscalização do tráfego ilegal. O Conselheiro Severino Antonio informou sobre equivoco nos números dos buggueiros que atuam em Maragogi, e que não se tem dados para justificar a atividade como a de segunda maior importância na APACC, e informou que não cabe comparações com as atividades de bugueiros em Natal/RN e Piaçabuçu/AL, pois esses locais apresentam geografias bastante distintas e questiona quais ideias para uma rota alternativa. O Conselheiro Vandick Batista lembra que a APACC é exclusivamente marinha e não tem autonomia para atuar numa rota alternativa, e questiona se a atividade pode dar sustentabilidade à unidade de conservação. O Conselheiro Rivaldo questiona se nessas condições cabe elaboração de TAC. O Conselheiro Sergio Resende lembra que o tráfego de buggys na praia interfere diretamente na erosão costeira e até agora não se pode mensurar esses impactos. O Conselheiro Waldemar Lacerda informa que só é cabível TAC para área fora da praia. O coordenador informa que a CT de Gestão Socioambiental não aprofundou na atividade laboral dos bugueiros e que os exemplos de outros contextos, como de Natal e Piaçabuçu, foram no sentido de organização da atividade, e salientou que uma rota alternativa requer tempo para ser construída. O presidente informa que admitir a elaboração do TAC é uma forma de preservar a atividade, e diz que foi pouco tempo para as CT’s elaborarem os pareceres. A discussão sobre o parecer da CT de Gestão Socioambiental foi encerrada as 12h50min.

**Retorno à reunião:** as 14h05min o presidente retoma os trabalhos, e estipula que as discussões sobre os pareceres se estendam até as 15h00min, e das 15h00min até as 16h00min sejam dados os encaminhamentos finais. O Conselheiro José Ulisses informa sobre petição “Saneamento Básico para Todos”, e passa documento para a plenária analisar.

**Discussão da terceira pauta:** o presidente abre discussão sobre pareceres apresentados e estipula tempo de três minutos por fala. O Conselheiro João Borges informa que não se deve abrir precedente para atividades dessa natureza, e alerta ao perigo de poder incentivar outras atividades impactantes, e não concorda com a elaboração do TAC. A Conselheira Mariana explica que a atividade virou assunto de pauta devido a mesma se exercida há vinte anos, e informou que depois do Plano de Manejo da APACC a Associação de Bugueiros de Maragogi contatou a Prefeitura de Maragogi para se iniciar um diálogo, e ressalta os muros dos empreendimentos como impedimento para construção de uma rota alternativa, e acrescenta que a atividade já passou por modificações como: alternativas de tráfego na praia e ordenamento dos passeios. O Conselheiro Severino Antonio informou que esperava mais subsídios dos pareceres apresentados, e questionou se demandar esforço para regular um tráfego ilegal que será temporário, e acrescenta que a elaboração de um TAC é não querer enfrentar o problema diretamente, e complementa que dizer sim ou não ao TAC, no momento, é complicado. O Conselheiro Nogueira expressa que não há possibilidade de conciliar tráfego de veículos na praia. O Conselheiro Pedro expressa que regulamentar atividade ilegal é um retrocesso. O Conselheiro Waldemar Lacerda informa que na praia de Porto de Pedras tem passeio de buggys e os pescadores são contra. O Conselheiro Vandick Batista expressa a necessidade se ter alternativas e se diz a favor da elaboração do TAC. O Conselheiro Bruno cita legislação que já proíbe o tráfego de veículos na praia e não concorda com a elaboração do TAC. A Conselheira Mariana expressa que se precisa de tempo para que a atividade realize modificações e concede sua palavra a Convidada Solimar, da Associação de Bugueiros de Maragogi, que explica o histórico da atividade. O Conselheiro Rivaldo cita a legislação vigente e explica que as rotas alternativas têm que ser perpendiculares à praia, e acrescenta que a elaboração de um TAC representa retrocesso. O Conselheiro Clemente informa da existência de protocolos de monitoramentos e afirma que não se precisa estudar o que já se sabe, e informa ser contrário a elaboração de um TAC. O Conselheiro Vandick lembra a importância de uma gestão adaptativa. O Conselheiro Heriberto expressa que os pareceres não subsidiam decisão e que é prematuro concluir decisão sem ter informação suficiente. A Conselheira Rosangela Lessa informa que existem informações suficientes sobre o impacto do tráfego de veículos na praia sobre a biodiversidade, e expressa que é um retrocesso buscar soluções permitindo a continuidade da atividade. O Convidado Leonardo Messias cita a legislação existente que proíbe o tráfego na praia e informa que é contrário à elaboração do TAC. O Conselheiro Nogueira informa que já se tem comprovação científica dos impactos das atividades e expressa que é contrário à elaboração do TAC. A Conselheira Mariana informa que a praia de Maragogi tem 22 km de costa e que os trechos que os buggys utilizam somam 6 km, e expressa que é a favor de uma proposição que apoie a atividade. A Conselheira Andrea Olinto lembra a competência da APACC e que a rota alternativa foge a essa competência. O Conselheiro Sergio Resende afirma que o precedente não é bom e expressa que é contrário à elaboração do TAC. O Conselheiro Bruno lembra que o não ao tráfego de veículo na praia já existe e o CONAPACC não é contrário à atividade, mas ao tráfego na praia. A Conselheira Flávia expressa a necessidade de informação para modificar as ações dos bugueiros, e cita o exemplo do Antunes onde a atividade é totalmente desordenada, acrescenta ainda que mudou de visão quando observou a prática dos bugueiros na praia, que por este motivo seria contra a elaboração do TAC, porém tem pessoas que trabalham sério como a bugueira Solemar e eles deveria ter a oportunidade do TAC, porque não estavam presentes na construção do Plano de Manejo. O Conselheiro Waldemar Lacerda informou que constantemente vê buggys em alta velocidade nas praias e que esse tráfego afeta diretamente a biodiversidade. O Conselheiro Heriberto Meneses esclarece que diante do exposto está convencido dos impactos ambientais, mas esclarece que não está convencido dos subsídios trazidos pelos pareceres. O presidente lembra que o CONAPACC atua na esfera política, e cita que os 6 km de trecho utilizado pelos bugueiros estão no mapa elaborado pela APACC, e informou que São Bento não está mais no trecho. Chegada a hora, a discussão encerra-se para início aos encaminhamentos finais.

**Encaminhamentos Finais:** o presidente, primeiramente, coloca a decisão sobre o TAC para a plenária nos seguintes termos: A decisão sobre o assunto deverá ocorrer hoje? Ou dever-se-á postergar a decisão sobre o assunto? A plenária se posicionou a favor da decisão ser tomada na presente reunião, com a seguinte votação: Decisão hoje, com 21 votos; postergar decisão com dez votos; houve duas abstenções. Após a decisão, o presidente apresentou a segunda decisão a ser tomada nos seguintes termos: O TAC deve ser elaborado? Ou TAC não deve ser elaborado? De modo que a plenária decidiu que o TAC não deve ser elaborado com a seguinte votação: Oito Conselheiros foram a favor da elaboração do TAC; e 23 Conselheiros foram contrários à elaboração do TAC; dois conselheiros se abstiveram. A presidência não votou. O presidente informa que diante da decisão do Conselho serão tomadas as providências para coibição do tráfego de buggys na praia de Maragogi. O Convidado, Leonardo Messias, acrescenta que o tráfego nas praias não são só de buggys, mas de motos e quadricículos e que, também, necessitam de fiscalização, e informa que de Barra grande até Peroba o transito é grande. O Conselheiro Nogueira solicitou que o Conselho encaminhasse ofício para que os demais órgãos atuantes da área auxiliassem na fiscalização do tráfego nas praias. Encerra-se a discussão.

O presidente informa sobre surgimento de novas solicitações para abertura de piscinas naturais para visitação, em São Bento e Ponta de Mangue, e convoca o Conselho para manifestação. A Conselheira Carolina Neves sugere a formação de um Grupo de Trabalho para analisar a capacidade de carga das piscinas naturais, pois alega a necessidade de um olhar mais técnico para dar suporte as decisões. O Convidado Leonardo Messias diz que o assunto é complexo pois interage com a pesca artesanal. A Conselheira Fernanda Attademo diz da necessidade de se chamar especialistas. O Conselheiro Nogueira pergunta se essas piscinas já foram mapeadas, diz que esses pleitos já são para áreas de pesca e questiona a necessidade de estudos. O presidente informa que a APACC foi uma demandada, para realização de estudos técnicos, pelo Presidente do ICMBio e que o corpo técnico da unidade irá realizar os estudos. O Analista da unidade Eduardo diz que quer saber qual a opinião do conselho a respeito do assunto, e pergunta qual é o posicionamento do setor pesqueiro e sugere formação de GT. O Conselheiro Bruno informa que não dá para tomar decisão agora devido à falta de informação. O presidente informa que o conselho tem que se debruçar sobre o tema. O Convidado Leonardo informa que nessas áreas já se tem visitação ilegal, e que a área de preservação em Maragogi é muito pequena, e alerta para o crescimento dessa conduta. A Conselheira Mariana informa que os passeios já estão acontecendo de maneira desordenada, e que o quanto antes se conseguir o controle dessas áreas será melhor. O Conselheiro Vandick informa da necessidade de se ter informação e diz da necessidade de se encaminhar assunto para as CTs. A Conselheira Andrea Olinto diz que a formação de um GT cai bem por se um assunto específico. O Conselheiro Severino Antonio informa da existência de muitos pedidos para criação de áreas para o turismo, mas que a unidade não avança em processo de criação de ZPVM e nas áreas exclusivas de pesca, e informa que no Seminário da Pesca Artesanal da APACC os pescadores de São Bento reclamaram do turismo nas áreas tradicionais de pesca. O presidente esclarece que há fiscalização periódica e que para se ter atitudes mais enérgicas tem que ser ter estudos, informa que se tem alguns estudos do Programa Reef-check e que as zonas exclusivas de pesca têm que ser demandas pelo setor. A Secretária Ana Paula informa que fizeram convites aos pescadores de Maragogi mas os mesmos não mostraram interesse para criar zonas de pesca. O presidente encaminha a decisão nos seguintes termos: Quem é a favor da criação de GT para tratar dessas demandas nesse momento? e quem é contrário a formação de GT nesse momento? A plenária decidiu não formar o GT nesse momento com votação: três conselheiros a favor criação GT; 23 conselheiros contrários à criação do GT nesse momento.

O Conselheiro Ulisses informa falha na condução de modificação conselho realizada, pois há conselheiros nomeado com mais de quatro anos consecutivos no assento, os quais: Ircos, Colônia de Pescadores de Porto de Pedras, Cepene, Associação Peixe-boi. O Conselheiro Ulisses informa que serão encaminhados ofícios para instituições alterarem seus conselheiros e suplentes. O Conselheiro Ulisses informa sobre Plano de Ação da unidade, sobre dois intercâmbios de conselheiros para outras unidades, sendo um para uma unidade com atividade pesqueira e outra para uma unidade com turismo base comunitária. O Conselheiro Severino Antonio Coordenador da CT de Atividade Pesqueira informou que já discutiu o assunto e já sabe as unidades a serem visitadas. A Conselheira Flávia informou que outros conselheiros podem ir a custo próprio. Todos concordaram por unanimidade. A Secretária Ana Paula informa que a próxima reunião será 10 de novembro em Paripueira. A Conselheira Flávia indica apresentação do Projeto Gefmar como pauta da próxima reunião. O Presidente Iran Normande agradece à plenária e encerra reunião às 16h00min.